

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - DPTO. DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

RESUMO PARA O SIC

O REFLEXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À CULTURA NA ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE AUDIOVISUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Bolsista: Felipe Lemos Fernandes

Orientadora: Mariana Baldi

Período da bolsa: 01/12/2010 à 31/07/2011

Dada a supremacia do cinema hollywoodiano, os entraves na distribuição e exibição do cinema nacional e o fato de o Brasil ter tardado na construção de um ministério específico para as questões culturais - somente em 1985 foi criado o Ministério da Cultura - é complicado falarmos em produção audiovisual autossustentável. As leis de fomento também são recentes. As duas leis mais importantes que concedem benefícios fiscais às empresas ou pessoas físicas que financiam projetos da área da cultura e do cinema são, respectivamente, a Lei Rouanet, de 1991 e a Lei do Audiovisual, de 1993. Isso sem contar as dificuldades dos produtores em convencer as empresas a investirem nos seus projetos, por isso, os maiores beneficiados acabam sendo aqueles de grande porte, com maior poder de barganha. Em uma análise mais pontual, percebe-se que no RS existe uma carência de estudos que visem compreender a relação entre os pilares do setor cinematográfico: produção, distribuição e exibição. Para isso, esse trabalho tem o objetivo de identificar as principais políticas públicas com relação ao audiovisual e verificar os reflexos dessas políticas no cinema brasileiro, em geral, e gaúcho, em específico. A abordagem é predominantemente qualitativa, o que possibilitou um contato com o campo que permite constatar a dinâmica do processo de estruturação do setor cinematográfico do estado, suas mudanças, sua relação com o cinema nacional, seus atores principais e eventos mais marcantes. Em um primeiro momento foram analisados dados secundários através de leitura e pesquisa e logo após foram feitas quatro entrevistas semi-estruturadas a fim de coletar informações para a melhor compreensão da construção do cinema gaúcho e da influência das políticas públicas nessa construção. Os resultados sugerem, além da concentração de produção, distribuição e exibição, que as leis de incentivo acabam não concedendo acesso a pequenos produtores, persistindo uma ótica neoliberal. Porém, as novas políticas adotadas desde a posse de Gilberto Gil no MinC, mais voltadas para os Fundos de Investimento e para os editais de cultura, tratam de oferecer maiores oportunidades aos pequenos atuantes neste meio.